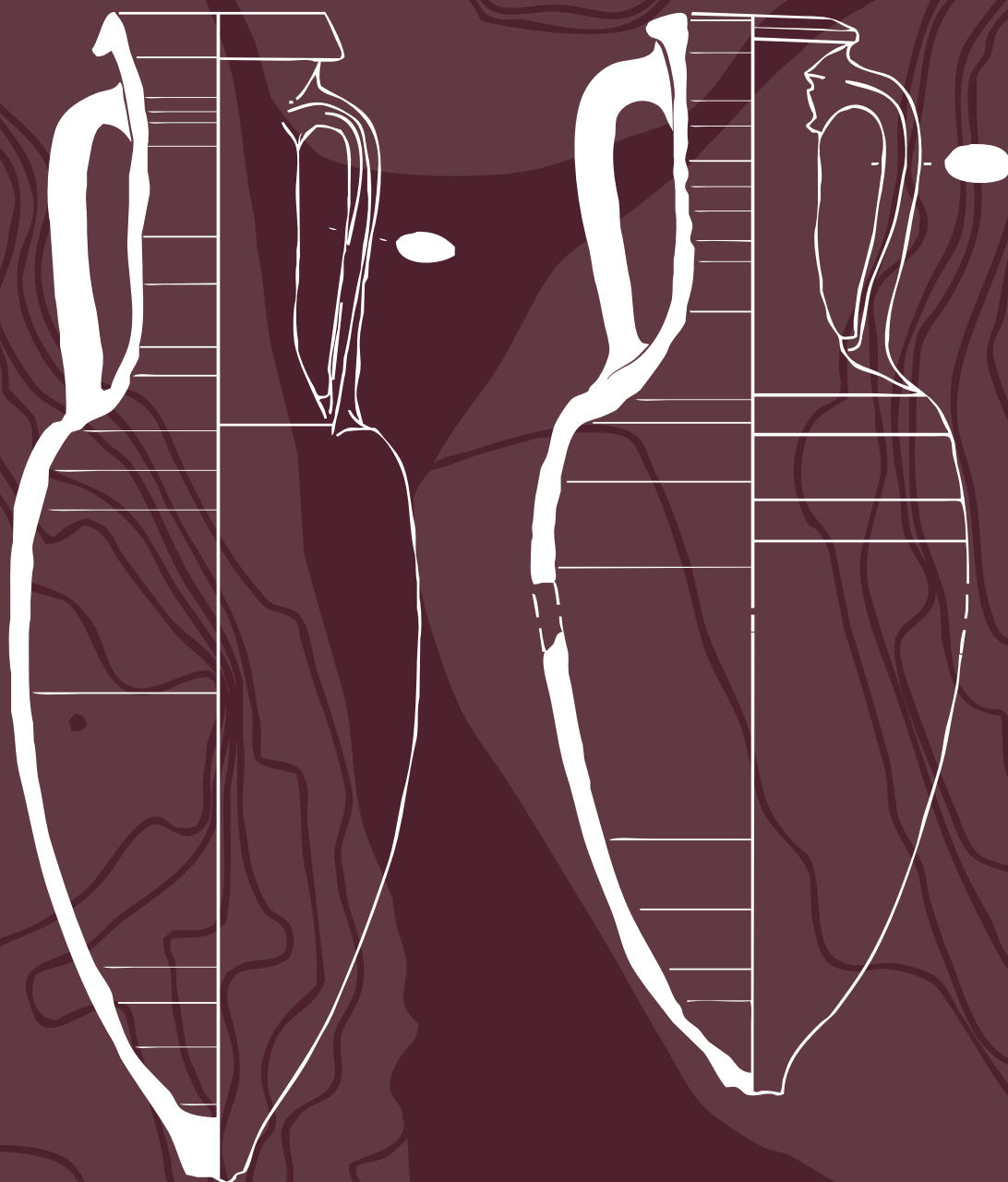


LISBOA
ROMANA — FELICITAS IULIA OLISIPO

O território e a memória



Sumário

7 Apresentação

8 Nota Introdutória

Parte I

10 *Terra Mater Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS,
COORDS.

11 Introdução
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS

12 Uma cidade com os pés
bem assentes na terra
MÁRIO CACHÃO;
MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS;
CARLOS MARQUES DA SILVA

20 O mar de *Olisipo*
ANA MARIA COSTA;
MARIA DA CONCEIÇÃO
FREITAS; JACINTA BUGALHÃO;
MÁRIO CACHÃO;
ANDRÉS CURRAS

40 As riquezas do *Ager Olisiponensis*
MÁRIO CACHÃO;
CARLOS NETO DE CARVALHO;
MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO

68 Referências

75 Notas Biográficas dos Autores

Parte II

76 *Olisipo: Espaço e Memória*
AMILCAR GUERRA,
COORD.

77 *Olisipo: Memórias de um território
nos confins do mundo romano*
AMÍLCAR GUERRA

80 As origens de *Olisipo*:
uma perspectiva sobre a Idade
do Ferro na cidade e seu entorno
ANA MARGARIDA ARRUDA; ELISA SOUSA;
ANA SOFIA ANTUNES

98 Questões míticas, literárias,
toponímicas e étnicas
da Lisboa pré-romana
AMÍLCAR GUERRA

112 Os primórdios da implementação
romana em *Olisipo*
JOÃO PIMENTA

124 A construção da província
da Lusitânia e *Felicitas Iulia Olisipo*:
onde as vias se cruzam
AMÍLCAR GUERRA

140 O fim de um tempo; o princípio
de outro: *Felicitas Iulia Olisipo*
entre romanos, bárbaros e cristãos
PAULO ALMEIDA FERNANDES

150 Referências

156 Notas Biográficas dos Autores



A construção da província da Lusitânia e *Felicitas Iulia Olisipo* - Onde as vias se cruzam

AMÍLCAR GUERRA

A localização de Lisboa, na fachada atlântica e no vasto estuário do mais extenso rio da Península Ibérica, constitui um fator que determinou a sua importância no contexto regional ao longo dos tempos. No período romano assumiu-se como um entreposto pelo qual passava uma parte significativa dos produtos que circulavam entre a parte central da Lusitânia, onde se incluíam algumas das principais cidades da província, e outras partes do império. Para além disso, o território olisiponense era especialmente rico, tanto pelos seus recursos minerais, como pela sua prosperidade agrícola e pecuária. Por fim, as estruturas viárias desenvolvidas no período romano fizeram de *Olisipo* também um importante eixo das comunicações terrestres. Todos estes fatores permitem compreender a relevância que a cidade assume no período romano, constituindo um importante polo económico da província da Lusitânia.

A cidade no contexto provincial

Olisipo, o nome que a cidade recebe muito antes de os romanos a integrarem no seu domínio, aplica-se, em primeiro lugar a um núcleo habitado que foi crescendo ao longo de séculos na encosta da Sé, no espaço que vai da Casa dos Bicos até ao Castelo de S. Jorge, aproveitando as condições naturais que o lugar oferecia. São essas mesmas condições que fazem com que ela se transforme numa das mais importantes cidades da Lusitânia e, em boa parte, as mesmas que fazem dela, mais tarde, a capital do reino de Portugal e dos Algarves. São, enfim, os seus

condicionalismos que explicam a sua proeminência, mantida ao longo dos séculos.

Facilmente se percebem as vantagens que a cidade retira da sua particular relação com o rio, do fácil acesso ao mar, da especial importância do seu porto. E se estas características pesam ainda hoje, num tempo em que as comunicações aéreas e terrestres assumem tanta importância, mais relevo teriam num período em que as vias fluvial e marítima eram o meio mais rápido, mais fácil e mais seguro de viajar ou transportar produtos. A esta última vertente se dedicará um conjunto de textos, num dos volumes que se seguirá,

FIG. 4

Marco miliário da Casa do Bicos

(créditos de imagem: © CML | EGEAC | ML | José Avelar)

por essa razão não vale a pena insistir aqui sobre este aspeto.

Pode passar mais despercebido a quem hoje aqui vive, neste mundo em que quase tudo o que consumimos nos chega de longe, que, ao longo da sua história, a cidade deveu muita da sua prosperidade à qualidade dos solos que a envolvem e à sua grande capacidade produtiva. Muitas desses campos foram invadidos pelo betão ou então encontram-se abandonados, improdutivos, perdendo-se deste modo a noção da sua importância agrícola através dos tempos. No entanto, quando olhamos para o passado da cidade, não podemos esquecer que, em primeiro lugar, a cidade vivia dos seus largos recursos, que faziam dela um território rico e próspero. Deste modo, o núcleo urbano tinha de depender necessariamente de um espaço envolvente, relativamente amplo, que garantia o abastecimento da cidade e era responsável por boa parte da sua riqueza: em primeiro lugar das terras do seu entorno imediato, mas, para além disso, também de uma ampla região, que tinha em *Olisipo* a sua plataforma de contacto com o exterior.

Por isso, para compreender o processo de desenvolvimento da cidade em período romano importa, em primeiro lugar, lançar um olhar sobre esta vasta área, atendendo em particular a um conjunto de circunstâncias ligadas com a história da província da Lusitânia, com os seus recursos e com a sua organização político-administrativa.

Nesta perspectiva, o primeiro facto relevante tem que ver com atribuição a *Olisipo* do estatuto de município de cidadãos romanos (*municipium civium Romanorum*), que lhe foi concedido por Octaviano, entre 31 e 27 a. C., ano da consagração deste como Augusto (Faria, 2001, pp. 252-254). Tratando-se de uma questão de natureza jurídica, tem implicações em todos os domínios e é, por sua vez, um reflexo dos condicionalismos que envolvem este lugar nesta fase inicial do principado. Quer isto dizer que, passado cerca de

um século sobre a integração desta área no domínio romano, a concessão desse estatuto privilegiado significava que a comunidade aí instalada se encontrava já plenamente imbuída da cultura romana e certamente que aí se tinham fixado muitas famílias de origem itálica, cidadãos de Roma.

O outro facto relevante para compreender a evolução da cidade nesta fase reside no processo de criação da província da Lusitânia e da sua organização administrativa. Inicialmente integrada na Hispânia Ulterior, esta província vem a ser criada por Augusto, ganhando a sua configuração definitiva por volta de 16 a. C. Esta circunstância traduziu-se, em primeiro lugar, na definição de uma complexa estrutura com diversas componentes: na delimitação do seu território; na determinação da sua capital, *Augusta Emerita* (atual Mérida); na criação de três círculos jurídicos, com as respectivas sedes em *Scallabis* (Santarém), *Pax Iulia* (Beja) e *Emerita*; no desenho de uma estrutura política baseada em 45 comunidades cívicas (*civitates*), que gozavam da prerrogativa de se governarem a si próprias. *Olisipo* é uma destas entidades, mas inclui-se entre as que detêm um estatuto privilegiado e ficará integrada no *conventus Scallabitanus*, o qual abarca todas as comunidades cívicas que se situam na parte ocidental da província, entre os cursos dos rios Tejo e Douro. Tem-se discutido se estes limites deveriam ser tomados com todo o rigor, sendo provável que eles não deveriam corresponder exactamente a essa formulação, admitindo-se como natural que algum território a sul do Tejo se incluísse no âmbito territorial de *Scallabis* (Santarém) e também no de *Olisipo*.

A relevância de *Scallabis* neste processo de organização administrativa, que determinou a sua escolha como a sede de uma circunscrição jurídica, assenta no facto de ela ter recebido o elevado estatuto de colónia romana, provavelmente ainda em período cesariano (no início da segunda metade do séc.



FIG. 1
 Mapa da província da Lusitânia
 (créditos de imagem: © A. Guerra)

I a. C.). A importância estratégica da cidade, que controlava uma passagem do rio Tejo e era facilmente acessível mesmo a navios de grande dimensão ditou que ela tivesse sido escolhida, desde as campanhas de Décimo Júnio Bruto (em 138 a. C.), como ponto de apoio à sua incursão ao norte da Península Ibérica, até território bracarense. Sabemos que também César, alguns tempos depois, em 61-60 a. C., a tomou com base das suas operações contra os Lusitanos, que tiveram entre os seus episódios mais conhecidos, os conflitos contra as gentes do Monte Hermínio, tradicionalmente identificado com a Serra da Estrela, mas certamente com maior amplitude (ver neste volume o texto de J. Pimenta).

O estatuto de *Scallabis*, colónia de cidadãos romanos, isto é, de cidade que se regia pelas leis de Roma e na qual se deveriam ter assentado importantes contingentes militares e de colonos itálicos, conferia-lhe uma importância acrescida no plano político. O que conhecemos da história dessa cidade é reduzido, centrando-se essencialmente na informação dos autores clássicos e na investigação arqueológica. A documentação epigráfica, que poderia ser essencial para compreender as vicissitudes desse núcleo urbano, é bastante diminuta, por razões que não é possível determinar, não contribuindo para uma imagem compatível com a sua elevada condição no plano administrativo.

Pode, por isso, gerar-se a ideia de que *Olisipo* se sobrepunha, especialmente pelo seu dinamismo económico, a *Scallabis*, a qual, apesar de capital de circunscrição jurídica não tinha a dimensão e a importância da sua vizinha. Embora estas considerações tenham sido explanadas por diversas vezes, não se pode esquecer que a ausência de dados não nos deve levar a retirar conclusões precipitadas. De qualquer modo, qualquer que seja a dimensão e importância de *Scallabis*, é certo que *Olisipo* se desenvolveu de forma extraordinária no período romano.

É evidente, no entanto, que a posição de *Olisipo* na foz do Tejo, um rio cujas condições de navegabilidade no mundo romano não se podem comparar com o mundo atual, colocaram-na numa situação privilegiada em relação a *Scallabis* e à própria capital da Lusitânia, não sendo surpreendente que este aspeto lhe tenha conferido um importante dinamismo económico.

O território de *Olisipo*

No referido processo de criação e organização da província da Lusitânia devem ter-se delineado com rigor os limites territoriais do que se designa como o *ager Olisiponensis*, o espaço incluído no âmbito desse município. Não dispondo de informação precisa sobre a sua extensão, recorremos a alguns indicadores: como os cidadãos romanos inscritos numa das 35 tribos de Roma, deu-se a circunstância de *Olisipo* se confrontar com algumas comunidades cívicas pertencentes a outras tribos, em especial a norte (*Eburobritium*) e a nascente (*Scallabis*). Deste modo, no período romano a cidade abarcaria uma vasta área em que se integram Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Torres Vedras, Amadora, Odivelas, Loures, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Alenquer. Para além disso, é possível, que uma parte da área correspondente à Península de Setúbal dependesse administrativamente de *Olisipo*.

Uma inscrição aparecida em S. Tomé de Lamas (Cadaval) parece comprovar que esse lugar se encontra já em território de *Eburobritium* (cujá sede se encontra junto a Óbidos), sendo viável que a Serra de Montejunto e os seus prolongamentos para oeste pudessem servir de limite entre os dois municípios.

Nesse espaço de configuração diversa e de múltiplos recursos se desenvolveram formas diferentes de ocupação, sobre as quais a nossa informação é bastante incompleta. A vertente mais referida das estratégias de exploração do

território corresponde a um modelo caracteristicamente romano, que designamos como *villa*. É bem conhecida na literatura clássica a ideia de que a vida urbana necessita de um contraponto que liberte das tensões que esta gera. Desse modo o mundo rural e o contacto com a natureza ofereciam uma alternativa de vida mais saudável. São abundantes os exemplos de homens de cultura que fazem o elogio desse modelo e levaram à prática essa posição filosófica, adquirindo importantes propriedades em zonas privilegiadas, pensando na sua tranquilidade e bem-estar ou mesmo na oportunidade de escapar ao calor da cidade, procurando a vizinhança do mar e as suas temperaturas mais moderadas.

Quando olhamos para este panorama não podemos deixar de pensar no que deve ter ocorrido no município olisiponense, tendo como base alguns casos concretos que parecem bastante sugestivos. Na Serra de S. Julião (Torres Vedras) uma inscrição recorda Quinto Cecílio Ceciliano, apresentado como magistrado (*aedilis*), naturalmente de *Olisipo* (CIL II 261). Na zona de Sintra sobressai a figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*, que exerceu no município olisiponense a prestigiosa função de “flâmine do divino Augusto” e foi certamente proprietária de uma *villa* nesta área, da qual restou memória no topónimo Goudigana, termo que resulta da evolução de **Caudicana*, a *villa* de *Caudicus*, como demonstrou J. Cardim Ribeiro (1982-83). Na Ameixoeira, então também parte do espaço rural de *Olisipo*, se documentou o professor de retórica (*orator*) Quinto Júlio Máximo Nepos.

Em todos os casos podemos deduzir que estas personagens relevantes na sociedade olisiponense dispunham igualmente de propriedades agrícolas no *ager Olisiponensis*, Inseriam-se, deste modo, na mesma linha de pensamento que a literatura tão amplamente atesta: conjugar a vivência urbana com o usufruto das suas propriedades agrícolas, do conforto da sua mansão rural e da

tranquilidade que o ambiente campestre proporcionava.

Como resulta igualmente dos próprios autores clássicos, a aquisição destas *villae* correspondia à melhor forma de investir, uma vez que a terra sempre se assumiu como a forma mais sólida de riqueza. Naturalmente, a obrigação de rentabilizar esse património impunha uma atenção a esses bens fundiários e recomendava também o seu pleno usufruto. Por isso, estas explorações agrícolas apresentavam tipicamente uma casa senhorial, junto da qual se desenvolviam outras estruturas ligadas com a habitação dos serviçais, com a exploração pecuária, com as alfaías agrícolas e os animais, com a transformação e armazenamento dos produtos cultivados. Os exemplos podem encontrar-se por diversas áreas do território do município romano: em Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais); S. Miguel de Odrinhas, S. André de Almoçageme e Granja dos Serrões (Sintra); Almoínhas e Frielas (Loures); Quinta da Bolacha (Amadora); Sub-Serra e Povos (Vila Franca de Xira), para só citar as mais conhecidas.

Para além das *villae*, deveria haver igualmente núcleos habitacionais secundários, na terminologia latina designados com *pagi* ou *vici*. Infelizmente os dados a esse respeito são muito limitados, sendo viável, no entanto, admitir que um desses núcleos pudesse ser designado como *Ierabriga*, uma vez que no referido Itinerário de Antonino se coloca, a 30 milhas de *Olisipo*, uma estação viária com esse nome. Tendo em consideração que o elemento *-briga* que o topónimo ostenta se aplica a lugares habitados (geralmente de altura, como sugere a sua etimologia), creio não ser ousado concluir que se trataria de um povoado de localização discutida, mas cujo nome parece linguisticamente relacionado como elemento Xira, da Vila Franca que recebeu esse epíteto.

A respeito da outra estação viária que ficaria verosimilmente no território de *Olisipo*, são maiores. Desde logo porque não é seguro o

nome desse lugar, uma vez que os manuscritos dos textos antigos que se lhe referem apresentam formas diversas: *Aquabona*, *Equabona*, *Abona*. Por outro lado, a sua condição de estação viária não implica que fosse um habitat de certas dimensões.

José Cardim Ribeiro sugere que poderia existir um aglomerado populacional de certa dimensão na área de Faião (Sintra). De facto, pela concentração nessa área de vestígios epigráficos, situação sem qualquer paralelo no território olisiponense, seríamos levados a pensar que aí se tivesse localizado um povoado, eventualmente associado com a exploração das pedreiras, um importante recurso económico dessa região.

Alguns autores chegaram a garantir que na zona de Torres Vedras se situaria um importante *habitat* que teria o nome de *Chretina*, registado por Ptolomeu, baseando essa identificação em determinada interpretação das medidas dessa obra geográfica e na circunstância de se registar uma abundante epigrafia na região. Para além de essa correspondência assentar em argumentos pouco consistentes, é muito provável que a própria existência de uma localidade com esse nome deva ser questionada. Como sugeriu recentemente José Cardim Ribeiro (2013), deve considerar-se seriamente a possibilidade de esse topónimo ter sido deficientemente transmitido pelas fontes clássicas e sua tradição manuscrita, sendo mais viável que ele devesse corresponder a *Aretina*. Deste modo, não só se deveria eliminar um suposto *habitat* como esse nome na região de Torres Vedras, como excluir esse topónimo da lista dos lugares antigos da Lusitânia.

Se o *ager Olisiponensis* se prolongar para sul do Tejo, como é provável e habitualmente se aceita, haverá ainda que considerar a existência de um sítio conhecido nos textos literários como *Caepiana*. Este topónimo, sobre qual a informação dos autores clássicos é muito vaga, deveria situar-se, de acordo com elementos

concordantes, de natureza linguística e arqueológica, na área de Palmela, correspondendo precisamente ao Castro de Chibanes. Neste caso concreto, deveria tratar-se de um ponto de estacionamento de tropas, associado a campanhas militares levadas a cabo nestes confins da Lusitânia por um Quinto Servílio Cepião (*Q. Servilius Caepio*), que teria dado o nome ao lugar. Estes movimentos de tropas teriam ocorrido talvez nos finais do séc. II a. C., associando-se a um dos personagens homónimos cuja atividade na Lusitânia se situa em 109 a. C. Esta hipótese parece mais viável que a sua ligação com o seu antecessor, o responsável pela submissão dos Lusitanos, em 139 a. C., após a morte de Viriato. Os vestígios identificados no sítio referido condizem bem com a sua natureza militar e o seu cariz plenamente romano e atesta um prolongamento de ocupação que se estende até séc. I a. C. Este núcleo corresponde, portanto, a um dos raros casos em que parece viável uma provável associação com determinados episódios da História de Roma e da província da Lusitânia.

Se é problemático identificar no *ager Olisiponensis* alguns núcleos habitados de certa dimensão, mais difícil se torna estabelecer outras formas mais dispersas de ocupação do território. Não deve excluir-se a existência de pequenos núcleos habitados ou mesmo casas isoladas, no entanto, pouco de seguro podemos dizer a esse respeito.

Posição estratégica e recursos

O próspero território de *Olisipo* inseria-se num contexto geográfico de excepcional importância que poderemos definir como Baixo Vale do Tejo, cuja relevância estratégica foi já bem captada pelos romanos. Tratando-se do maior rio da Hispânia, a sua extensa navegabilidade, constituía uma das suas principais marcas. Já os geógrafos antigos o sublinham, referindo-se à possibilidade de navios de grande porte chegarem para lá de



FIG. 2

Imagem do Conchal do Arneiro (Nisa), um dos mais extensos vestígios de exploração aurífera do Tejo (créditos de imagem: © Câmara Municipal de Niza).

Santarém (podendo fazer mais de 90 km pelo rio) e embarcações mais pequenas navegarem muito para além do dobro dessa distância. Este fator assumiu uma relevância particular desde a fase de conquista, condicionando muitas das operações militares na Lusitânia, não sendo por mero acaso que a linha do Tejo desempenhou um papel essencial desde o processo de conquista. Duas das cinco colónias romanas da Lusitânia - *Scallabis*

(Santarém) e *Norba Caesarina* (Cáceres) - inserem-se estrategicamente nessa linha e constituem importantes lugares de estacionamento e movimentação de tropas. Para além disso, essas cidades de estatuto privilegiado eram igualmente importantes centros urbanos, áreas com um rico entorno agrícola muito extenso e com uma importante dinâmica económica. A estes dois núcleos maiores se podem juntar outras cidades cujos

territórios estão estreitamente ligados com o grande rio, como *Seilium* (Tomar), *Aritium Vetus* (tradicionalmente colocada em Alvega, Abrantes), *Ammaia* (São Salvador de Arame-nha, Marvão), a *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), *Caurium* (Cória, Cáceres), *Capera* (próximo de Oliva de Plasencia, Cáceres), *Augustobriga* (Talavera la Real, Cáceres) e, já nos confins da província *Caesaro-briga* (Talavera de la Reina, Toledo).

Admite-se que o Tejo e os seus afluentes teriam sido utilizados para servir a própria capital da província, *Augusta Emerita* (Mérida) e o seu vasto território, devendo ter-se sempre em consideração a necessidade de recorrer complementarmente à rede viária. Ainda que esta ideia geral não seja controversa, apresentam-se possibilidades muito diversas e não é claro qual possa ser privilegiada.

A Lisboa romana é, de qualquer modo, a porta de entrada de muitos produtos no interior da província ou a porta de saída das riquezas que tornaram famosa essa mesma região. Todas estas cidades são importantes centros de consumo e, numa economia globalizada, com ampla circulação de bens por todo o império, por aí passavam certamente muito do que entrava neste movimento geral de bens.

No tocante aos recursos com maior peso nesta região assumiu uma especial importância, desde fase precoce, o ouro explorado nos depósitos aluviais da bacia do Tejo, que fizeram dele um paradigma do rio onde o ouro flui com abundância. Essa fama transformou-se num tópico da literatura, pelo menos desde o poeta Catulo (séc. I a. C.), e o tema do *aurifer Tagus* (“Tejo aurífero”) preenche a poesia latina, tal como enche os cofres do Estado romano e de muitos dos que participam na exploração intensiva dos ricos depósitos que se espalham pela sua bacia hidrográfica, não apenas pelas suas margens, mas também pelas dos seus afluentes. (v. texto “As riquezas do *Ager Olisiponensis*”, p. 46-59).

Esses sedimentos são rapidamente esgotados, para o dizer com uma expressão latina não menos célebre, pela *auri sacra fames* (“maldita fome do ouro”), mas o facto de estes terem estado durante muito milénios expostos a uma lenta erosão fez com que uma parte do metal precioso se tivesse depositado no seu leito, alimentando uma atividade de garimpo que durou muitos séculos, deixando várias marcas na toponímia. Oeiras (do latim *aurarias*), Laveiras (que remete para a lavagem dos sedimentos) e Almada (do termo árabe que significa “a mina”) são alguns dos nomes de lugar que sublinham o peso dessa atividade ao longo do tempo.

Alguns autores chegam mesmo a ampliar (com um toque de fantasia, creio) a riqueza das suas areias, afirmando que não é apenas o ouro que nelas se recolhe, mas também as pedras preciosas. Talvez esta associação resulte, na realidade, de uma deficiente interpretação das notícias, essas sim verdadeiras, segundo as quais, nas proximidades de *Olisipo*, se exploravam granadas, circunstância bem documentada na área de Belas e especialmente ligada com os vestígios detetados no Monte Suímo. (ver texto “As riquezas do *Ager Olisiponensis*”, p. 60-62)

Para nos mantermos entre a realidade e a fantasia, recorde-se, enfim, que a respeito dos recursos do território olisiponense se conta que aí as éguas são fecundadas pelo vento e que os seus protos são particularmente velozes. De resto, a fama dos cavalos não se limita a esta região, mas estende-se a toda a província. É bem conhecido o empenho de uma famosa figura da política romana do séc. IV d. C., Quinto Aurélio Símaco, que, pretendendo proporcionar espetáculos inesquecíveis aos seus concidadãos por ocasião da subida do seu filho a um alto cargo, movimentava todas as suas influências no sentido facilitar a aquisição e transporte dos cavalos lusitanos destinados a esses jogos de circo.

Ainda que sejam menos acentuadas na literatura as riquezas agrícolas deste território, não deixam de merecer algumas referências as vinhas do Tejo, pelo que teria algum relevo a produção vinícola regional, como o demonstram as abundantes ânforas vinárias de origem local que se identificaram na própria *Olisipo*. No que respeita ao interior da província sobressaem nos autores clássicos as referências às azeitonas e às cerejas, que se apresentam como produtos que adquiriram alguma fama na cidade de Roma ou mesmo em determinadas áreas do império (a Gália Bélgica aprecia muito as cerejas). Por fim, merece uma referência a cochinilha, um parasita do carvalho usado na tinturaria, particularmente o que provinha da capital da província. Como se verá, é bem possível que também todo este importante fluxo comercial passe por *Olisipo*.

Não passou despercebida aos autores clássicos a riqueza do estuário num outro domínio, celebrando-se a abundância de peixes e de moluscos (referem-se especificamente as ostras, mas o termo grego reporta-se, na realidade, a todos os moluscos de casca dura). Infelizmente essa imagem foi apagada pelo desenvolvimento industrial do séc. XX que reduziu de forma substancial o uso desse recurso, mas não podemos esquecer notícias recentes da recolha de bivalves e do lucrativo negócio que a sua exploração ilegal tem ocasionado. Temos naturalmente que acrescentar aos recursos piscícolas a produção de sal, seguramente com uma extraordinária importância económica na antiguidade e que está na base de uma próspera indústria de preparados de peixe que deixou tão abundantes vestígios em Lisboa e em outros pontos do estuário (a este tópico se dedicará uma parte substancial de um dos volumes a editar).

A arqueologia e a epigrafia permitem, enfim, sublinhar a importância das pedreiras, em particular as do característico calcário de lioz, tão abundante na região de Sintra,

material que se encontra tão amplamente usado no vasto repositório de inscrições latinas dessa área. É também esse mesmo suporte que alimenta as oficinas lapidárias da sede municipal e o que se usa em elementos arquitetónicos de qualidade nelas produzidas. A forma que assumem os monumentos inscritos é bastante variada, sobressaindo, pela sua originalidade e abundância, modelo de monumento funerário em forma de arca, que tão peculiar se revela. Embora se trate de uma matéria prima predominantemente usada no âmbito do município, ocorre por vezes fora dele, como acontece no caso de um monumento funerário romano hoje conservado na igreja de Fervedo (Arouca), que usa o lioz pelo simples facto de árbitro do testamento ser originário de *Olisipo*.

A Lisboa romana, com todo o seu território, possui recursos excepcionais e dispõe de uma excelente posição estratégica na foz do mais importante rio da Hispânia e retira ainda proveito da sua condição de encruzilhada de algumas das mais importantes vias da província da Lusitânia, como se verá. Todas estas circunstâncias conjugadas explicam bem a sua importância no contexto provincial, podendo afirmar-se que se trata de um dos municípios mais dinâmicos e prósperos da Lusitânia.

***Olisipo* e os grandes eixos de circulação**

É fácil constatar que *Olisipo* se apresenta como nó de comunicações, não apenas na sua vertente fluvial e marítima, mas também no que respeita aos eixos viários. A complementaridade destes meios deve ser especialmente sublinhada pelo facto de o transporte de pessoas e mercadorias no contexto atual ter desprezado quase completamente a vertente fluvial. Deve ter-se em conta que a circulação de produtos entre Lisboa e muitos dos lugares que em tempos fizeram parte do município romano dependia em boa parte do recurso

ao transporte por via marítima ou fluvial. Também não pode esquecer-se a larga navegabilidade dos afluentes do Tejo que permitia uma fácil acessibilidade a muitos dos lugares que hoje já não dispõem de um transporte por via aquática. O Sorraia, por exemplo, era em grande parte navegável e essa circunstância é ainda bem patente em topónimos como Porto Velho, que ainda persiste nos limites entre os concelhos de Coruche e Montargil. Por outro lado, Dois Portos, no interior de Torres Vedras, chama a atenção para a navegabilidade dos pequenos cursos de água da costa ocidental, como o rio Colares, a Ribeira de Cheleiros, o Sizandro e o Lizandro, pelos menos numa parte do seu percurso.

Sem esquecer esse recurso, importa aqui especialmente explicar a relevância da rede de comunicações terrestres e o impacto que estas podem ter assumido na história cidade.

Quem nasceu e sempre viveu na era das autoestradas tem de fazer algum esforço para se transportar para uma realidade muito distinta como aquela que respeita aos primeiros séculos da nossa era. É certo que se costuma comparar a ação dos romanos no domínio da viabilidade terrestre com as iniciativas viárias do último século; mas essa comparação necessita de ser matizada, de ser devidamente explanada. A primeira grande diferença que nos separa do mundo antigo reside na velocidade da comunicação.

Desses tempos mais recuados até ao séc. XIX a realidade é muito similar: andar por terra significa progredir entre 30 e 40 km por dia, pelo que boa parte das viagens necessitavam de muitas paragens e de um apoio frequente ao longo das estradas. Mesmo o recurso a animais não altera de forma significativa o que se percorre. Deste modo, as cidades situadas ao longo das principais vias eram com frequência lugares de estância dos viandantes e seu ponto de apoio. Ainda que *Olisipo* tenha sido com frequência ponto de partida ou de destino dos viajantes, foi

também um ponto de passagem especialmente na circulação entre norte e sul.

Tenha-se em conta igualmente que as estradas no mundo antigo são incómodas e perigosas. Para além de lentas, as estradas implicam que quem se mete à estrada esteja preparado para um desconforto que não é fácil hoje imaginar: para sol ou para a chuva, para o calor ou o frio, para o pó ou a lama e, enfim, para os perigos reais do banditismo. Perde-se a vida na estrada, não pela velocidade ou falta de cuidado, mas pela ação dos assaltantes que se aproveitam com frequência das dificuldades crónicas em controlar o crime na solidão das viagens, tanto em terra como no mar. Alguns, com mais recursos, fazem-se acompanhar de quem pode ajudar na sua segurança, mas nem isso é garantia de chegar incólume ao destino. Assim são as vias que passam por *Olisipo* e que, já então, conduzem, em última análise, também a Roma.

Os caminhos antigos, tal como os modernos, não são todos iguais. Quando falamos de vias romanas referimo-nos quase sempre aos grandes eixos de comunicação, especialmente aqueles que foram compilados numa espécie de “guia de estradas” que vem associado ao nome de Antonino Augusto e ao qual se atribui uma datação dentro do séc. III d. C. Essa obra deverá estar longe, naturalmente, de conter o elenco de todas as vias com uma certa importância, mas integra certamente as principais, tendo em conta critérios que nos escapam. Porque se trata de eixos viários fundamentais, dispomos habitualmente de outros indicadores que podem ajudar a perceber o percurso que lhes corresponderia. De facto, o hábito de assinalar as distâncias através de marcos em pedra teve larga difusão em determinado período e, deste modo, a conservação de alguns destes vestígios constitui geralmente um indicador relevante para a definição dos antigos percursos pedestres.

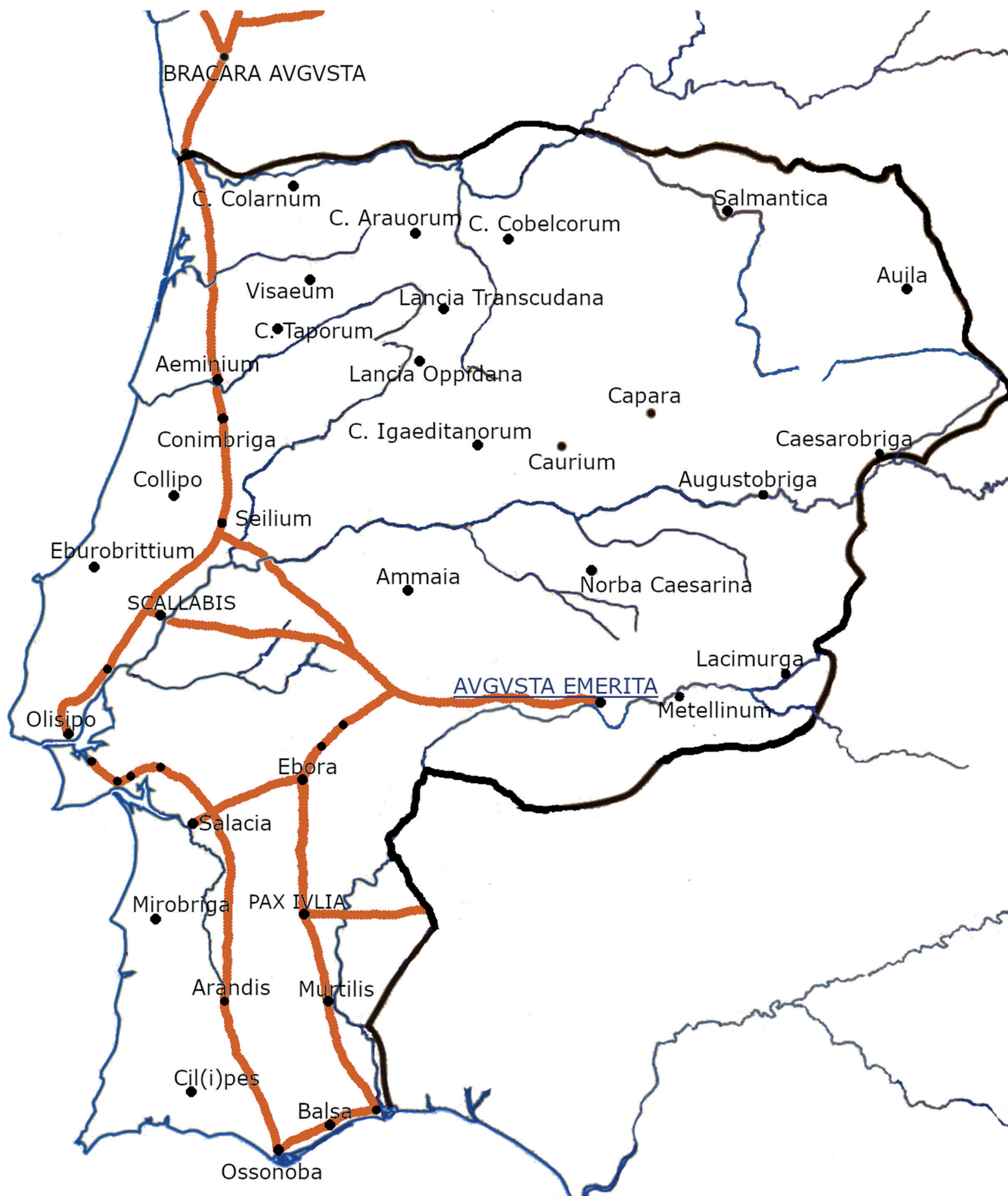


FIG. 3

Mapa das vias romanas referidas no texto, registadas pelo Itinerário de Antonino (créditos de imagem: © A. Guerra).

A conjugação das duas fontes de informação (texto e inscrições viárias) sublinha o elevado número de ligações da foz do Tejo com a capital da província, o que, associado aos seus abundantes recursos e à sua excepcional posição no estuário do Tejo, consolidou a imagem de *Olisipo* como uma verdadeira capital comercial da província.

O itinerário de Antonino regista três percursos terrestres de ligação entre as duas cidades referidas: um percurso meridional e dois setentrionais. (para as questões viárias v. Mantas, 2012). Destes últimos, um seria mais direto, passando pela estação viária de *Aritium Praetorium* (de localização desconhecida), Alter do Chão (a antiga *Abelterium*), *Ad Septem Aras* (na região de Campo Maior), *Budua* (identificada com a ermida de Nuestra Señora de Bótoa, junto da fronteira luso-espanhola a norte de Badajoz), seguindo pelo Vale do Guadiana. Um outro, o mais setentrional, serviria em particular os territórios de *Aritium Vetus* (talvez Alvega, Abrantes) e de *Ammaia*, tendo com ela um percurso comum a partir de *Ad Septem Aras*. A via mais meridional teria de, em primeiro lugar, atravessar o Tejo, dirigindo-se provavelmente a Coína e, a partir daí seguia por Setúbal, Marateca, Alcácer do Sal, Évora, Évora-Monte, indo entroncar, segundo a interpretação mais aceitável do texto do itinerário, na via que passava por Alter do Chão.

Uma parte inicial do percurso referido, até Alcácer do Sal, era comum a uma outra estrada romana fundamental, que levava até à foz do Guadiana, onde se situa a estação viária de *Baesuris* (Castro Marim). É ainda muito incerto o seu traçado pelo Alentejo, uma vez que se desconhece a localização da cidade de *Arandis*, sendo apenas seguro que se dirigiria a Faro (antiga *Ossonoba*), passaria por *Balsa* (Luz de Tavira) e terminaria no referido ponto da foz do Guadiana.

Se tivermos em conta que o itinerário de Antonino regista uma ligação ao longo do

Guadiana, entre Castro Marim, Mértola (*Myrtilis*) e Beja (*Pax Iulia*) e é seguro que esta cidade se ligava por estrada a Évora, temos já um quadro bastante completo do sistema viário principal, que abarca quase todas as cidades romanas a sul do Tejo, permitindo uma fácil ligação entre elas e *Olisipo*.

Quem se dirigia de Lisboa para Norte dispunha de uma estrada fundamental, que levava a Braga, o mais importante nó viário do Noroeste Peninsular. O seu traçado, estabelecido com base no Itinerário de Antonino, passava pelas estações viárias de *Ierabriga* (em torno a Vila Franca de Xira), perto de Santarém (*Scallabis*) e de Tomar (*Seilium*), continuando por *Conimbriga* (junto a Condeixa), Coimbra (*Aeminium*) e Porto (*Cale*). É evidente a importância das cidades que liga, pode afirmar-se que a via constitui historicamente um eixo fundamental de ligação entre o norte e o sul do território hoje português. Tem-se sustentado a ideia de que se trata percurso muito antigo, que poderia mesmo remontar a uma fase pré-romana.

Como alternativa a essa via, definiu-se um traçado mais próximo da costa e permitindo o acesso fácil a duas cidades que se situavam nessa região e ao seu território - *Eburobrittium* (junto a Óbidos) e *Collipo* (S. Sebastião do Freixo, Batalha). Deste modo, todas as cidades principais da fachada atlântica dispõem de um acesso ao sistema viário principal, no qual *Olisipo* se constitui com um ponto de primeira importância. Lisboa e Braga são, em período romano, os dois grandes pontos onde as vias se cruzam. O primeiro para o centro e sul; o segundo para toda a região a norte do Douro. A importância de Braga vai acentuar-se em fase tardo-romana, em consequência de uma reforma administrativa no tempo de Diocleciano (293 d. C.) que coloca *Bracara Augusta* à cabeça da nova província da Galécia.

A rede viária no âmbito do município

Quando se tratam apenas os principais eixos viários, aqueles sobre os quais dispomos de informação mais segura e vestígios materiais que permitem definir percursos mais precisos, não quer dizer que se esqueça a complexidade da rede de caminhos que existia no território envolvente *Olisipo*. Faltando os elementos mais sólidos para definir determinado caminho tradicional como romano, terá de ser a arqueologia e a documentação de períodos mais recentes a dar o seu contributo. Infelizmente, só raramente uma intervenção arqueológica identifica os traçados viários, especialmente num território em que as profundas alterações da paisagem apagaram os vestígios mais remotos. Por outro lado, ainda que sejamos levados muitas vezes a ver todo o caminho romano como uma estrutura sólida, geralmente empedrada, na realidade essa imagem estereotipada não é a que se aplica na maioria das situações aqui referidas. Se as vias principais se poderiam aproximar desse modelo em alguns pontos, a maioria dos percursos pouco correspondia a essa imagem. Caminhos apenas marcados na paisagem, veredas e carreiros constituíam uma realidade sempre presente e que definia uma rede que conduzia necessariamente a todos os lugares habitados. Mas a diversidade das situações ligadas com a mobilidade era muito ampla e, na maioria dos casos, praticamente impossível de estabelecer.

Por isso, dado que na maioria dos casos não dispomos de referidos elementos, se tem aceitado com frequência o recurso a informação correspondente às vias de períodos posteriores. Não pode negar-se que a existência de caminhos medievais ou modernos pode fornecer alguns dados interessantes sobre a viabilidade de período romano, mas não podemos cair no erro de pensar que os traçados mais recentes derivam necessariamente

dos mais antigos. As alterações dos percursos ocorreram certamente ao longo de muitos séculos, mudando as próprias circunstâncias históricas de cada momento, dependentes da dinâmica das cidades e dos seus territórios. Por essa razão, sem esquecer as suas vantagens, há que ter consciência das limitações e perigos que esses indicadores de traçados mais recentes podem constituir.

Apesar disso, em alguns casos a pesquisa arqueológica pode ajudar, como acontece na definição de um percurso com larga tradição, o que ligaria a sede do município à zona de Sintra. Pelo facto de os romanos sepultarem os seus mortos junto às vias e em particular à saída das cidades, a necrópole da Praça da Figueira sempre foi tomada como um indício de que ela se alinharia ao longo de um dos seus principais caminhos. A fisionomia da área compreendida entre as elevações que ladeiam a Avenida da Liberdade e os vestígios de período romano permitem considerar que por aí passava o antigo caminho que conduziria à zona oeste do município, talvez não muito afastado da estrada real que passava por Benfica (onde se conhecem alguns vestígios romanos), pela Porcalhota e pela ponte filipina de Carenque.

Alguns autores têm associado essa mesma necrópole da Praça da Figueira à origem de uma mais importante via que seguiria pela encosta de Santana, pelo Campo com o mesmo nome, dirigindo-se à zona do Campo Grande, Lumiar, Calçada do Carriche, Frielas e Loures, onde se identificaram dois marcos miliários do séc. IV d. C., um dos quais assinala as milhas X, contadas a partir de Lisboa. Ainda que a parte inicial desse percurso seja incerta, tenho sustentado que este corresponde ao eixo fundamental que conduzia à área de *Scallabis* (Santarém) e, a partir daí, se ramificava, na direção de *Bracara* ou de *Augusta Emerita*. A ela pertencem, coerentemente, mais dois outros marcos miliários com indicação de distâncias: um de Alverca (com a

indicação das XXIII milhas) e outro da Quinta de Santa Teresa, Paredes, a sul de Alenquer (onde devem ocorrer as XXXV milhas). Infelizmente, em parte inicial desse percurso os dados com que contamos são menos seguros, mas a partir do Campo Grande dispomos de elementos mais coerentes.

Esta mesma saída e passagem por Loures era comum à via que seguia para norte, mais próxima da costa. Tem-se discutido o traçado que seguiria até *Eburobritium*, cidade romana identificada nas proximidades de Óbidos, mas as propostas conhecidas baseiam-se apenas em conjecturas e não têm a sustentá-las nenhum argumento consistente. Considerou-se a hipótese da sua passagem por Torres Vedras ou, mais provavelmente, um percurso mais a nascente, aceitando-se, de qualquer modo, um traçado a oeste da Serra do Montejunto. Este eixo deveria servir, através de diversos caminhos subsidiários, as áreas correspondentes aos atuais concelhos de Torres Vedras, Sobral de Monte Agraço e a parte mais ocidental dos de Arruda dos Vinhos e Alenquer. É possível que o interessante mausoléu romano identificado na Quinta da Romeira de Baixo, Bucelas, se relacione com esta estrada alternativa.

A ainda hoje designada Porta do Sol deveria corresponder a uma saída do lado nascente, que se dirigia ao Campo de Santa Clara (Feira da Ladra) e continuaria por Chelas, presumindo alguns autores que se prolongaria até Sacavém, atravessando aí o rio Trancão e ligando a Alverca. Tenho manifestado as minhas reservas sobre a existência desse percurso em período imperial e de uma suposta ponte romana que faria essa travessia, a qual se tem apoiado apenas numa menção de Francisco de Holanda. Este humanista atribui a esse período os restos de uma antiga estrutura de que se veriam apenas restos, recordando a necessidade de reconstruir, a fim de evitar “o rodeio de ir ao Tojal”. Para além dele, regista-se uma tradição segundo

a qual a essa ponte andaria igualmente associada uma batalha entre D. Afonso Henriques e os mouros, mas que a historiografia tem considerado uma fantasia seiscentista. Sem negar liminarmente a eventual existência de uma estrutura similar, parece pouco viável a sua origem romana, uma vez que toda a documentação epigráfica (séc. IV d. C.) e literária (séc. III d. C.) aponta para um percurso mais longo da via, contornando o extenso braço de mar que preenchia boa parte da depressão fronteira a Loures. Até ao momento, nenhum elemento fiável sustenta uma origem tão remota para uma tal estrutura nesse ponto do rio Trancão.

Quanto ao território a jusante, correspondente aos concelhos de Oeiras e Cascais, com amplos vestígios de ocupação romana, era naturalmente servido por uma rede secundária de caminhos, cuja configuração não é possível determinar. Talvez valha a pena sublinhar, no entanto, que a existência de alguns cursos de água, na antiguidade mais caudalosos, deveria aconselhar traçados que evitassem a sua travessia junto ao estuário, a área onde se veio a desenhar modernamente a Marginal. Pela razão apontada, uma opção mais interior poderia evitar os inconvenientes causados por esses rios que cavaram vales por vezes algo profundos, ainda que hoje possam passar quase despercebidos a quem circula por essa estrada. Deve salientar-se que essa área, pela sua condição ribeirinha, era facilmente acessível de barco, pelo que as comunicações com a sede municipal se tornavam assim bastante fáceis por esta via.

Como se disse, uma outra importante via ligava *Olisipo* às cidades do Sul da Lusitânia e a ela se encontra ligado o marco miliário dedicado ao imperador Probo, que se encontrou na Casa dos Bicos. Com ele se marcava formalmente o seu início e dele deveria arrançar a contagem das milhas que marcaria o seu traçado. Este iniciava-se, necessariamente, com a travessia do rio Tejo e o itinerário de

Antonino precisa que a próxima estação viária se situaria a XII milhas e corresponderia a um lugar designado como *Aquabona* ou *Equabona*. Leite de Vasconcelos sugeriu que esse antigo topónimo estivesse na origem do atual nome de lugar Coina, proposta que é geralmente aceite pela investigação posterior. De qualquer modo, é bastante controversa a forma como se concretizaria este segmento da via: alguns autores pensam que, feita a travessia no ponto mais estreito (para a zona de Cacilhas), se iniciaria aí um percurso terrestre que levaria a Coina, onde se completariam as referidas XII milhas; outros presumem que o atravessamento do rio se fazia essencialmente de barco, partindo da Casa dos Bicos até ao desembarque, na referida estação viária. Não subsiste qualquer elemento material que permita dirimir esta questão, embora me pareça evidente que uma travessia exclusivamente feita por barco, neste ambiente de estuário, tornaria o trajeto muito mais rápido e, provavelmente, mais compatível com as XII milhas apontadas pelo Itinerário de Antonino. A hipótese alternativa terá apenas viabilidade se se admitir que não se contabilizam,

neste caso, as distâncias correspondentes ao percurso fluvial.

Torna-se patente que pouco se sabe sobre a viabilidade terrestre no *ager Olisiponensis* e que, à medida que o tempo passa, mais se vão obliterando os seus vestígios. Mesmo os modernos recursos, sobretudo os que decorrem da análise de fotografias aéreas não resolvem a maioria das dúvidas suscitadas. Nas últimas décadas aumentaram de forma substancial as intervenções arqueológicas no âmbito urbano e, em consequência, o nosso conhecimento tem progredido notoriamente. No entanto, quando se trata de obter uma visão global do território olisiponense, sentem-se ainda as limitações do nosso conhecimento. Essa circunstância pode servir de estímulo ao desenvolvimento desta iniciativa, que muito contribuirá certamente para pensarmos cada vez mais as intervenções pontuais como fragmentos de uma realidade que deve olhada na sua globalidade, centrando a nossa atenção numa análise global de um território vasto, afinal o que já constituía em período romano o *municipium Olisiponense*.

Referências

- AA.VV. (2012) - *Cira-Arqueologia 1. Mesa redonda de Olisipo a Ierabriga*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal.
- Alarcão, J. (1994) - Lisboa romana e visigótica. In *Lisboa subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura 94 / Electa, pp. 58-63.
- Alarcão, J. de (2017) - *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a. C. ao séc. VI d. C.* Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Almeida, F. (1966-67) - Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitânico. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal, 23-24, pp. 224-240.
- Almeida, J. M. de (1992) - *De Olisipo a Lisboa*. Lisboa: Cosmo.
- Álvarez Martínez, J. M. (2015) - El tamar del Puente romano de Mérida y la navegabilidad del Ana. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz: Diputación Provincial; Centro de Estudios Extremeños, 71:1, pp. 37-66.
- Álvarez Martínez, J. M.; Carvalho, A.; Fabião, C. eds. (2015) - *Lusitânia Romana. Origem de dois povos*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Amaral, V. B. de (1947) - Lenda, história e epopeia de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 34:3, pp. 33-38.
- Amaro, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*, Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 183-192.
- Antunes, A. S.; Oliveira, J. M.; Manso, C. R. (no prelo) - Os fornos do Convento de Corpus Christi (Lisboa, Portugal). *IX Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos Uma viagem entre o Oriente e o Ocidente do Mediterrâneo e as suas periferias*. Mérida. 22-26 de Outubro 2018. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida.
- Antunes, M. T., Cunha, A. S. (1991) - *Santos Mártires de Lisboa. Espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Arancibia Román, A.; San José, L. G.; Juzgado Navarro, M.; Dumas Peñuelas, M.; Sánchez Moreno, V. M. (2011) - Aportaciones de las últimas intervenciones a la arqueología fenicia de la Bahía de Málaga. In Martí Aguilar, M. Á., eds. - *Fenícios en Tartessos: nuevas perspectivas* (British Archaeological Reports. International Series 2245). Oxford: Archaeopress, pp. 129-149.
- Arruda, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In *Estudos Orientais 4 (Actas do Encontro "Os Fenícios no território português)*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 193-214.
- Arruda, A. M. (2002) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6) Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, A. M. (2003) - Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo*. Valencia: Universidad, pp. 205-217.
- Arruda, A. M. (2005) - O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.ª série, 3, pp. 9-156.
- Arruda, A. M. (2017) - A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo rio. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 283-294.
- Arruda, A. M.; Bugalhão, J.; Sousa, E. (2013) - Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 16, pp. 243-275.
- Arruda, A. M.; Pereira, C.; Pimenta, J.; Sousa, E.; Gomes, J.; Detry, C. (2018) - Chões de Alpompé (Vale de Figueira, Santarém): lendas e narrativas. *Spal. Revista de Prehistória y Arqueología*, Sevilla: Universidad, 27, pp. 201-227.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Barradas, E.; Batata, C.; Detry, C.; Soares, R. (2017) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro no Vale do Tejo. In Celestino Pérez, S.; Rodríguez González, E., eds. - *Territorios Comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica* (Anejos de AEspA LXXX). Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, pp. 319-361.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Mendes, H.; Soares, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca: Universidad, 74, pp. 143-155.
- Arruda, A. M.; Sousa, E.; Pimenta, J.; Soares, R.; Mendes, H. (2017a) - Fenícios e Indígenas em contacto no Estuário do Tejo. *Ophiussa*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 1, pp. 79-90.
- Azevedo, L. M. de (1652) - *Fundação, antiguidades e grandeza da muy insigne cidade de Lisboa*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Barros, L.; Cardoso, J. L.; Sabrosa, A. (1993) - Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto de Estudos Orientais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de

- Lisboa, 4, pp. 143-181.
- Barros, L.; Soares, A. M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4.^a série, 22, pp. 333-352.
- Blot, M. L. P. (2003) - *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Património Cultural.
- Brito, Fr. B. de (1690) – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Officina Craesbeckiana.
- Caetano, M. T. (2007) - O «último porto de Ulisses»: história, urbanismo e arte de *Felicitas Iulia Olisipo*. In *Revista Portuguesa de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4, pp. 54-117.
- Calado, M.; Almeida, L.; Leitão, V.; Leitão, M. (2013) - Cronologias absolutas para a I Idade do Ferro em Olisipo – O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na atual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia (O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios)*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 118-132.
- Calado, M.; Pimenta, J.; Fernandes, L.; Filipe, V. (2013) - Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 141-149.
- Candelas Colodrón, C. (2004) – *O cronicón de Hidacio, bispo de Chaves*. Noia: Toxosoutos.
- Caninas, J.; Cardoso, G.; Henriques, F. Monteiro, M.; Sabrosa, A. (2006) – Três novas jazidas da Idade do Ferro em Torres Vedras. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 14, p. 6.
- Cardoso, G. (1991) – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal.
- Cardoso, G. (2012) – Sondagens arqueológicas nos fortes do Casal do Cego e da Carvalha (Arruda dos Vinhos). *Al-Madan*, Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 17, pp. 168-169.
- Cardoso, G.; Amaro, C.; Batalha, L. (2018) - O Sítio Arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 22, 1, pp. 35-40.
- Cardoso, G.; Didelet, C.; Leitão, E. (2017) - Vestígios da Idade do Ferro ao Período Medieval em Monsanto. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, 21, pp. 163-164.
- Cardoso, G.; Encarnação, J. (2013) - O povoamento pré-romano de Freiria – Cascais. *Cira-Arqueologia 2: O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, 2, pp. 133-180.
- Cardoso, G.; Gonzalez, A. (2008) – Novos dados sobre Arruda dos Vinhos na Idade do Ferro. *Actas do IV Seminário do Património da Região Oeste*. Arruda dos Vinhos: Câmara Municipal, pp. 127-133.
- Cardoso, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Arruda, A. M.; Sousa, E. (2014) - Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (Concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 21, pp. 393-428.
- Cardoso, J. L.; Cardoso, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras* (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4). Oeiras: Câmara Municipal.
- Cardoso, J. L.; Silva, C. T. (2012) – O casal agrícola da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 5.^a série, 2, pp. 355-400.
- Cardoso, J. L.; Tavares da Silva, C.; Martins, F.; André, C. (2010/2011) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leão (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 75-102.
- Carvalhinhos, M.; Mota, N.; Miranda, P. (2017) – Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: O lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o miradouro de Santa Luzia. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação. (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Novembro de 2015)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/ Centro de Arqueologia de Lisboa, p. 299-336.
- Correia, A. A. M. (1949) – Onde veio o nome de Lisboa? *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 42:3, pp. 5-21.
- De Francisco Martin, J. (19962) - *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca: Universidad.
- De Man, A. (2006) - Conimbriga. *Do Baixo Império à Idade Média*. Lisboa: Sílabo.
- De Man, A. (2008) - *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto [policopiado].
- Dias, V. (2013) – A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade de Lisboa. Uma abordagem preliminar. In *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 717-726.
- Dimas, S. (2015) – A substância de Deus uno e trino na dinâmica misteriosa da sua ação criadora e redentora, na apologia de Potâmio de Lisboa contra o arianismo. In *Redenção e escatologia. Estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa*. Vol. 1, Tomo 1. Lisboa: Nota de Rodapé Edições, pp. 101-117.
- Diogo, A. M. D. (1994) – Fragmento de sepultura paleocristã (entrada de catálogo). In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Lisboa Capital Europeia da Cultura/ Electa, pp. 231-232.
- Encarnação, J.; Cardoso, G. (2017) – O sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais). In Arnaud, J. M.; Martins, A., coords. - *Arqueologia em Portugal / 2017: Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 955-966.

- Fabião, C. (1992) - A romanização do atual território português. In Mattoso, J., ed. – *História de Portugal*, Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 202-299.
- Fabião, C. (1993) – Idácio de Chaves. In Medina, J., dir. – *História de Portugal*. Vol. 3. Lisboa: Ediclube, p. 30.
- Fabião, C. (2004) – Arqueologia Militar romana da Lusitânia: textos e evidências materiais. In Pérez-González, C.; Illarregui, E. coords – *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Salamanca: Junta de Castilla y León / Universidade Internacional SEK, pp. 53-73.
- Fabião, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 9-24.
- Faria, A. M. de (1999) – Colonização e Municipalização nas províncias Hispano- Romanas: Reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2:2, pp. 29-50.
- Faria, A. M. de (2003) – Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 4:2, pp. 351-362.
- Fernandes, L. (2017) - Teatro romano de Lisboa: as ruínas e o seu Museu ou como a arqueologia promove o diálogo educacional. *Revista Temporis [Ação]. Dossiê Práticas Arqueológicas e Educação Patrimonial*. Goiás, 17:1, pp. 88-123. Disponível em WWW: (URL: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>).
- Fernandes, L., Fernandes, P. A. (2014) - Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 17, pp. 225-243.
- Fernandes, L.; Pimenta, J.; Calado, M.; Filipe, V. (2013) - Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: IGESPAR, 16, pp. 167-185.
- Fernandes, P. A. (2019a, no prelo) – Olisipona: a cidade entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média. In *Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais.
- Fernandes, P. A. (2019b, no prelo) – 585. A ilusão da unidade. In Tavares, R., *Portugal. Uma retrospectiva*. Lisboa: Tinta da China.
- Fernandes, R. M. R. (1985) – Ulisses em Lisboa. *Euphrosyne*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, Nova série, 13, pp. 139-161.
- Filipe, V. (2015) - As ânforas do teatro romano de Olisipo (Lisboa, Portugal): campanhas 2001-2006. *Spal. Revista de Prehistoria y Arqueologia*, Sevilla: Universidad, 24, pp. 129-163.
- Filipe, V.; Calado, M.; Figueiredo, M.; Castro, A. (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Lisboa 2ª série. 17, pp. 6-12.
- Filipe, V.; Calado, M.; Leitão, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar*, 2. *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa: Uniarq - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, 2, pp. 736-746.
- França, J. C. (1949) – A estação Pré-Histórica do Alto das Perdizes. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 12: 1-2, 16-113.
- Gener Basallote, J. M.; Navarro García, M. A.; Pajuelo Saéz, J. M.; Torres Ortiz, M.; López Rosendo, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In Boto, M., ed. – *Los Fenícios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones* (Colezione di Studi Fenici 46). Pisa-Roma, pp. 14- 50.
- Góis, D. de (1554 [1937]) – *Descrição da cidade de Lisboa*, trad. Raúl Machado. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- González de Canales, F.; Serrano Pichardo, L.; Llompart Gómez, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900 – 770 a.C.)*. Huelva: Editorial Biblioteca Nova.
- Gouveia, M. (2007) – O culto dos santos mártires de Lisboa na fronteira ocidental do reino de Leão (séc. X-XI). In *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 388-399.
- Gouveia, M. (2012) – Hidácio de Chaves e a Galécia do século V. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da universidade Nova de Lisboa, 29, pp. 201-216.
- Guerra, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- Guerra, A. (2002) – A Península de Lisboa no I milénio a. C.: Uma breve síntese à luz das fontes e dos dados arqueológicos. *Turres Veteras IV. Actas de Pré-história e História Antiga*. Torres Vedras: Câmara Municipal, pp. 119-128.
- Guerra, A. (2004) – *Caepiana*: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 7:2, pp. 217-235.
- Guerra, A. (2005) – O promontório Magno: Perspectivas da geografia antiga sobre o extremo ocidental da Hispânia. *Actas do Congresso “A Presença Romana na Região Oeste”*. Bombarral: Câmara Municipal, pp. 119-129.
- Henriques, S. (2006) – *A Cerâmica Cinzenta da Idade do Ferro da Quinta do Almaraz, Almada, Cacilhas*. Tese de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Isla Frez, A. (2007) – El lugar de habitación de las aristocracias en época visigoda, siglos VI-VIII. *Arqueología y territorio medieval*. Jaén: Universidad, 14, pp. 9-19.
- Jorge, A. M. (2001) - *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité Tardive (IIIe-VIe siècles)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- Leguay, J. P. (1993) - O Portugal germânico. In Serrão, J. e Marques, A. H. O., *Nova História de Portugal (II)*. Lisboa: Presença, pp. 13-115.
- López Castro, J. L. (1995) - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona: Crítica /Arqueologia.
- Machado, J. P. (1984) - *Dicionário etimológico onomástico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Maciel, M. J. (1996) - *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*. Lisboa: ed. Autor.
- Mantas, V. G. (1990) - As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires. Table ronde internationale du CNRS*. Talence – 1988 (Collection de la Maison des Pays Ibériques. 42). Paris : CNRS, pp. 149-205.
- Mantas, V. G. (2004) - Vias e portos na Lusitânia romana. In Gorges, J.-G.; Cerrillo, E.; Nogales, T., eds. - *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones (Cáceres, 2002)*. Madrid: Ministerio de Cultura, pp. 427-453.
- Mantas, V. G. (2012) - *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- Marques, A. H. O. (1994) - 3. Lisboa evolução: séculos V a VIII. In Santana, F., Sucena, E., eds - *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas & Associados, p. 509.
- Marques, G. (1982-83) - Aspetos da proto-história do território português. II – Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, 1/2, pp. 59-88.
- Matias, C. (2003) - Serra do Socorro. Uma aproximação à sua caracterização arqueológica no contexto da Estremadura Atlântica. *Boletim Cultural*. Mafra: Câmara Municipal, pp. 308-358.
- Mattoso, J. (1992) - A difusão do Cristianismo na Hispânia. In Mattoso, J., *História de Portugal (1)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 283-287.
- Melo, A. A.; Valério, P.; Barros, L.; Araújo, M. F. (2014) - Práticas metalúrgicas na Quinta do Almaraz (Cacilhas, Portugal): vestígios orientalizantes. In Arruda, A. M., eds. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, II*. Lisboa: Uniarq – Centro e Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Miranda, J.; Encarnação, G.; Viegas, J. C.; Rocha, E.; Gonzalez, A. (1999) - *Carta Arqueológica do Concelho da Amadora. Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal.
- Monteiro, M.; Cardoso, G. (2016) - A ocupação da Idade do Ferro na Serra de Monte Deixo: Moinhos Velhos e Moinho da Mariquitas (Torres Vedras). *EMERITA - Estudos de Arqueologia e Património Cultural*. 2, pp. 6-20. Disponível em WWW: (URL: www.emerita.pt).
- Moreira, A. M. (1969) - *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*. Lovain: Bibliothèque de l'Université.
- Mota, N.; Pimenta, J.; Silva, R. B. da (2014) - Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *CIRA Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 149-117.
- Nascimento, A. A. (2003) - Os epónimos míticos de Lisboa: Ulisses, Hércules e outros – títulos de nobilitação. In: Ventura, A., ed. - *Presença de Victor Jabouille*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 31-53.
- Nascimento, A. A. (2006) - Ulisses em Lisboa: Mito e Memória. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*. Lisboa: Academia das Ciências, 37, pp. 195-224.
- Nascimento, A. A. (2007) - *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. 2.ª ed. Lisboa: Vega.
- Neto, N.; Rebelo, P.; Ávila, R.; Rocha, M.; Zamora López, J. A. (2016) - Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 19, pp. 123-128.
- Olaio, A. (2015) - *Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [policopiado].
- Orlandis, J. (1987) - *Historia de España. Época visigoda (409-711)*. Madrid: Gredos.
- Palomo, S.; Arroyo, E. (2011) - Estudio del origen étnico a partir del ADN mitocondrial en dos individuos procedentes del solar del antiguo Teatro Cómico. *Informe realizado por el Laboratorio de Genética Forense y Genética de Poblaciones (Departamento de Toxicología y Legislación Sanitaria)*. Madrid: Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid.
- Pimenta, J. (2005) - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41) Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Pimenta, J. (2014) - Os Contextos da conquista: *Olisipo* e Decimo Júnio Bruto. In *Cira-Arqueologia 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*: Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 44-60.
- Pimenta, J. P.; Mendes, H.; Arruda, A. M.; Sousa, E.; Soares, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal, 1, pp. 39-57.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2005) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia 8:2, pp. 313-334.
- Pimenta, J., Calado, M.; Leitão, M. (2014) - Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça. In Arruda, A. M., ed. - *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 712-742.
- Pimenta, J., Henriques, E.; Mendes, H. (2012) - *O acampa-*

- mento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Almeirim: Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- Pimenta, J., Silva, R.; Calado, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 1. In Arruda, A. M., ed. – *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos, vol. II*. Lisboa: Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, pp. 736-746.
- Pimenta, J.; Arruda, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alpompe – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 21, pp. 375-392.
- Pimenta, J.; Gaspar, A.; Gomes, A.; Mota, N.; Miranda, P. (2014) – O estabelecimento romano republicano de *Olisipo*: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.1620) – Lisboa. In *Cira-Arqueologia*, 3. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 122-148.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 18, pp. 591-618.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2013) – 1.ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro, Muge – Salvaterra de Magos. *Cira-Arqueologia* 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 195-219.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2015) – Casal dos Pegos I e o Povoamento Orientalizante do Rio da Silveira (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp.19-54.
- Pimenta, J.; Mendes, H.; Madeira, F. (2009) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: IGESPAR, 12: 2, pp. 177-208.
- Pimenta, J.; Ribera I Lacombe, A.; Soria, V. (2018) – Le ceramiche a vernice nera italica dei livelli di fondazione di *Olisipo* e *Valentia* (140–130 a.C.). *Rei Cretariae Romanae Fautores. Acta* 45. Bonn, pp. 1-11.
- Pimenta, J.; Sousa, E.; Amaro C. (2015) – Sobre as mais antigas ocupações da Casa dos Bicos, Lisboa: da *Olisipo* pré-romana aos primeiros contactos com o mundo itálico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Direcção Geral de Património Cultural, 18, pp. 161-180.
- Pimenta, P., Soares, A. M.; Mendes, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Cira-Arqueologia*, 2. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e Fenícios*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 181-194.
- Pinto, C. V.; Parreira, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 147-163.
- Quiroga, J. L., Lovelle, M. R. (1995-96) – De los vándalos a los suevos en Galicia: una visión crítica sobre su instalación territorial en el noroeste de la Península Ibérica en el siglo V. *Studia Historica: Historia Antigua*. Salamanca: Universidad, 13-14, pp. 421-436.
- Real, M. L. (1995) – Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-68.
- Resende, A. de (1593 [1996]) – *As antiguidades da Lusitânia. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, J. Cardim (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo*. Algumas considerações em torno ao catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, II.ª Série, 3, pp. 75-95.
- Ribeiro, J. Cardim (2011) – *Soli Aeterno Lunae* – Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: Um caso complexo de sincretismo? In *Diis Deabusque. Actas do II Colóquio Internacional de Epigrafia “Culto e Sociedade”*. Sintra: Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, pp. 595-624.
- Ribeiro, J. Cardim (2013) – Ptolomeu, Geogr. II, 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA? In: *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 343-379.
- Ribeiro, J. Cardim (2016) – *Ad Antiquitates Vestigandas*. In: González Germain, G., ed. – *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*. Barcelona: Universitat de Barcelona, pp. 135-249.
- Rocha, A.; Reprezas, J. (2014) – *O Forte do Alqueidão. Arqueologia e História. Da Idade do Ferro às Invasões Napoleónicas. Cadernos da CILT*. Sobral de Monte Agraço: Centro de Interpretação das Linhas de Torres.
- Ruivo, J. (1991) – O conflito sertoriano no ocidente hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 70, pp. 91-100.
- Ruivo, J. (1993-1997) – A circulação monetária na estremaadura portuguesa até aos inícios do século III d.C. *Nummus*. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, 2.ª Série, 16-20, pp. 7-178.
- Schulten, A. (1952) – *Fontes Hispaniae Antiquae VI. Estrabón, Geografía de Iberia*. Barcelona: Librería Bosch.
- Serrão, E. C.; Vicente, E. P. (1980) – A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) – Negrais (Sintra). *Arqueologia*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, 1, pp. 28-35.
- Silva, A. V. da (1949) – Fantasia sobre as origens do nome de Lisboa. *Olisipo*. Lisboa: Grupo “Amigos de Lisboa”, 12(46), pp. 67-74.
- Silva, R. B. da (1999) – Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha. In: *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997)*. Lisboa: Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-65.

- Silva, R. B. da (2014) – Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/ Largo das Portas do Sol (Lisboa): As evidências do período romano. In *Cira-Arqueologia, 3. Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. Vila Franca de Xira: Museu Municipal, pp. 178-198.
- Silva, R. B., De Man, A. (2012) - Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon. In *X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Silves: Câmara Municipal de Silves, pp. 397-402.
- Sousa, A. de (1948) - *O nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, A. de (1968) - *Novos elementos para o estudo do nome de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Sousa, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo* (Estudos e Memórias, 7). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- Sousa, E.; Guerra, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da Colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia: Laboratório de Arqueologia, 50, pp. 57-88.
- Sousa, E.; Pimenta, J. (2014) – A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Moraes, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J., eds. – *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia, I*. Porto: Faculdade de Letras, pp. 303- 316.
- Sousa, E.; Pinto, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recoilhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 59-67.
- Sousa, E.; Sarrazola, A.; Simão, I. (2016) – Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, Lisboa: Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património, 11, pp. 69-79.
- Tranoy, A. (1974) – *Hydace. Chronique*. 2 vols. Paris: Les Editions du Cerf.
- Valério, P.; Silva, R. J. C.; Araújo, M. F.; Soares, A. M.; Barros, L. (2012) – A multianalytical approach to study the Phoenician bronze technology in the Iberian Peninsula - a view from Quinta do Almaraz. *Materials Characterization*. 67, pp. 74-82.
- Vasconcelos, J. L. de (1911) – *Lições de Philologia Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Veloso, A. (1949) – Esta palavra “Lisboa”. *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 40, pp. 6-22.
- Wolfram, M. (2013) – O poder durante a Antiguidade Tardia no império romano ocidental e na Lusitânia em particular. In *Saberes e poderes no mundo antigo (2)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 283-293.
- Zamora López, J. A. (2014) – Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible

topónimo local. In Bádenas de La Peña, P.; Cabrera Bonet, P.; Moreno Conde, M.; Ruiz Rodríguez, A.; Sánchez Fernández, C.; Tortosa Rocamora, T., eds. – *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate*. Madrid: Asociación Cultural Hispano-Helénica, pp. 306-314.

Autores Clássicos

ESTRABÃO - *Geografia. Livro III: introdução, tradução do grego e notas de Jorge Deserto e Susana da Hora Marques Pereira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

Notas Biográficas dos Autores

AMÍLCAR GUERRA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
Centro de História da Universidade
de Lisboa. Faculdade de Letras.
aguerra@campus.ul.pt

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
a.m.arruda@letras.ulisboa.pt

ANA SOFIA ANTUNES

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) |
Departamento de Património Cultural (DPC)
| Câmara Municipal de Lisboa (CML).
UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
ana.sofia.antunes@cm-lisboa.pt

ELISA DE SOUSA

UNIARQ – Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
e.sousa@campus.ul.pt

JOÃO PIMENTA

Centro de Estudos Arqueológicos
de Vila Franca de Xira (CEAX)
UNIARQ - Centro de Arqueologia
da Universidade de Lisboa.
Faculdade de Letras.
joao.marques@cm-vfxira.pt

PAULO ALMEIDA FERNANDES

Museu de Lisboa | EGEAC| Câmara
Municipal de Lisboa (CML).
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes
e Ciências do Património da Universidade
de Coimbra (CEAACP | FLUC).
Instituto de Estudos Medievais
da Universidade Nova de Lisboa
(IEM | FCSH-UNL).
paulofernandes@egeac.pt

Projeto Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*

PELOURO DA CULTURA Catarina Vaz Pinto	Municipal da Amadora; Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Câmara Municipal de Cascais; Câmara Municipal de Loures; Câmara Municipal de Mafra; Câmara Municipal de Moita; Câmara Municipal de Oeiras; Câmara Municipal de Palmela; Câmara Municipal de Seixal; Câmara Municipal de Sesimbra; Câmara Municipal de Sintra; Câmara Municipal de Torres Vedras; Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Centro de Arqueologia de Almada; Direção Geral do Património Cultural (DGPC); DGPC/ Direção Regional de Cultura do Norte; DGPC/ Museu Nacional de Arqueologia (MNA); EGEAC – Cultura em Lisboa (Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural E.M.); Empark Portugal – Empreendimentos e Exploração de Parques, S.A.; Empatia – Arqueologia Lda.; Eon – Indústrias Criativas LDA.; Eurostar Museum Hotel (Lisboa); Era – Arqueologia, Conservação e Gestão de Património S.A.; Geopark/Naturtejo da Meseta Meridional; Geopark / UNESCO / Oranização das Nações Unidas para a Educação, ciência e Cultura; Hotel Governador (Belém, Lisboa) / NaulHotels & Resorts; Museu Arqueológico do Carmo/ Associação dos Arqueólogos Portugueses; Museu do Dinheiro/ Banco de Portugal; Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS); Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC)/ Fundação Millennium BCP; Neoépica – Arqueologia e Património LDA.; The7 Hotel	(Lisboa); Veiga de Mago – Sociedade de Serviços Financeiros e Investimentos LDA.; Egas Moniz - Cooperativa de Ensino Superior/ Instituto Universitário Egas Moniz e Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CIIEM); Universidade de Aveiro - Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas; Universidade de Coimbra/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP); Universidade de Évora / Laboratório Hércules; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Arquitetura/ Forma Urbis LAB; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências/ Departamento de Geologia; Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa (CEC); Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras/ Instituto de História de Arte (ARTIS); Universidade de Lisboa/ Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de Estudos Medievais (IEM); Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA); Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Departamento de História de Arte.
DIREÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Manuel Veiga		
DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO DA CULTURA Jorge Ramos de Carvalho		
CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA António Marques		
COORDENAÇÃO GERAL Jorge Ramos de Carvalho		
GESTÃO DE PROJETO Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML António Marques – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Manuel Oleiro – EGEAC		
PARCEIROS DO PROJETO ArqueoHoje – Arqueologia, Conservação e gestão de Património LDA.; Câmara Municipal de Alcochete; Câmara Municipal de Alenquer; Camara Municipal de Almada; Câmara		

Livro

TÍTULO Lisboa Romana <i>Felicitas Iulia Olisipo</i> , Território e Memória	Maria do Rosário Carvalho Mário Cachão Paulo Almeida Fernandes	TIRAGEM 1.500 exemplares
COORDENAÇÃO DO VOLUME Amílcar Guerra - UNIARQ/ FLUL	COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO Ana Caessa – CAL/DPC/DMC/CML Ana Sofia Antunes – CAL/DPC/DMC/CML Cristina Nozes – CAL/DPC/DMC/CML Inês Morais Viegas (coord.) – DPC/DMC/CML	EDIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Maria da Conceição Freitas - DG/FCUL		CALEIDOSCÓPIO - EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA Telef.: (+351) 21 981 79 60 Fax: (+351) 21 981 79 55 caleidoscopio@caleidoscopio.pt www.caleidoscopio.pt
Mário Cachão - DG/FCUL	© Câmara Municipal de Lisboa, autores dos textos de cada volume e editora Caleidoscópio.	ENDEREÇO DE EMAIL DO PROJETO lisboaromana@cm-lisboa.pt
INVESTIGAÇÃO E AUTORIA Amílcar Guerra Ana Maria Costa Ana Margarida Arruda Ana Sofia Antunes Andrés Curras Carlos Marques da Silva Carlos Neto de Carvalho Elisa de Sousa Jacinta Bugalhão João Pimenta Maria da Conceição Freitas	DESIGN GRÁFICO José Ribeiro	FACEBOOK: https://www.facebook.com/lisboaromanaLX/
	ISBN 978-989-658-644-7	INSTAGRAM https://instagram.com/lisboaromana
	DEPÓSITO LEGAL 463308/19	TWITTER twitter.com/LisboaRomana